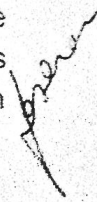


Ata nº 35/2018/COMUM - Reunião Ordinária

Às nove horas e trinta minutos do dia dez de agosto de dois mil e dezoito, reuniram-se na Casa dos Conselhos, situada na rua 1822, nº1510, centro de Balneário Camboriú – SC, em reunião ordinária, a diretoria e demais conselheiras, abaixo assinadas, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher-COMUM: Alda Martins Dudek (Sec. Pessoa Idosa); Jeruza Marttini (NAM), Natalli Pazini Silva (SDIS), Ketlin da Rosa Talevi (Sec. Articulação); Andrea Arianna Hostins (Sec. Administração), Huanita Hadke (Conselho Tutelar), Mariane Veiga (CAAP), Natalia G. Garcia (SEMEAR Diversidade), Maristela Koche Rigueira e Maria Salete Costa (Rede Feminina). Justificaram ausência as conselheiras: Maria Aparecida Albino (Sec. Educação); Patricia C. Strebe (Biblioteca Bem Viver); Claudineia da Costa Wolf (Sec. Gestão Administrativa); Carla C. B. Mansur e Frederica Richter (OAB); Marisa Zanoni (ACESA); Mariene de Sena Silva (CAAP); Ana Lucia Lodi (SEMEAR); Gevelyn Cássia A. de Quadros (Tecendo Direitos); Joseane de Souza (Psicointerage). Estiveram presente ainda: vereadora Juliete Nitz, Gabriella Bellé (Gab. Vereadora Juliethe); Mariana Delcul (PAIS) e Kelli Andrade (Casa das Anas). A presidenta Natalli inicia a reunião que tem como pauta: 1. Aprovação da ata de reunião anterior. 2. Documentos expedidos/recebidos. 3. PAIS, apresentação da associação. 4. Apresentação do Trabalho da UDESC por Barbara Fornerolli. 5. Assuntos Gerais. Em seguida, pede para inserir na pauta o evento do Universo Cabeludo, a participação do COMUM na TV Panorama e também alterar a pauta para que os documentos expedidos e recebidos fiquem para o final. A ouvinte Bárbara também pediu para inserir como ponto de pauta o projeto de lei do auxílio moradia emergencial. Passando a palavra a Associação PAIS, Mariana assistente social da entidade se apresenta, bem como a Tati que é coordenadora e psicóloga da entidade. A coordenadora explica que atua na entidade há cinco anos, mas que a entidade está há dez anos no município. Comunica que o carro chefe é o atendimento psicológico e embora tenham foco na criança e no adolescente eles atendem também a família que passa também por triagem com a assistente social. Ainda oferecem reforço escolar. Explica que não há número de sessões definidas, mas busca atender as demandas o quanto antes, pois a fila de espera em geral conta com cerca de 40 pessoas. Possuem ainda oficinas e o projeto Papo Reto desenvolvido nas escolas estaduais João Goulart e Gevaerd, com a presença de duas psicólogas e uma pedagoga. Enquanto ocorre a palestra uma técnica está na sala ao lado fechada para atendimento individual e quando percebe-se a necessidade é encaminhado então para um atendimento contínuo na entidade. As demandas surgem muitas vezes dos próprios alunos. A coordenadora informa ainda que em agosto irão inaugurar um ponto de apoio em Itapema a pedido do município, explica que buscaram firmar bem o seu trabalho na cidade, mas muitos municípios tem buscado a entidade, sendo a intenção estender esse tipo de atendimento. Explicou que a intenção é apresentar o projeto, tornar ele conhecido, e que o Conselho possa ser uma porta de encaminhamento para a instituição, em virtude de as conselheiras terem acesso também há alguns casos. Disse que não é preciso de agendamento apenas encaminhar a família para lá que ela será atendida. A coordenadora explica que o PAIS fica no bairro dos Municípios. A vereadora Juliete disse que conversou com a Dra. Patricia, que é a delegada responsável pelas DPCAMIs no estado e que também desenvolve um projeto nas escolas. Questionou a dinâmica de atendimento do projeto Papo Reto e se seria possível

unificar com o trabalho da delegada Patricia. A coordenadora explica que o projeto é semanal, intercalando segundas e quintas no João Goulart e terça no Colégio Francisca Gevaerd. Explicou que a Associação PAIS é vinculado ao FIA (Fundo da Infância e Adolescência) e que foi convidado pelo departamento de juventude para fazer esse trabalho nas escolas e vê possibilidade em casar as duas ações, segundo ela são atendidas uma média de 530 crianças e adolescentes por mês neste projeto. Explica que o único convênio deles é com o FIA, que subsidia cerca de 70% dos gastos da entidade e os outros 30% são arrecadados por meio de campanhas, eventos e doações. A Presidenta pergunta se o atendimento é focado em psicoterapia na área da saúde, e a coordenadora confirma, e explica que a sede na Vila Social é alugada, sendo o horário de atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h, e está aberto para as conselheiras que desejarem ir conhecer o espaço e a equipe. Já em Itapema o trabalho vai ser voltado a escuta especializada. A assistente social Mariana disse que conta com uma psicopedagoga para ajudar as séries iniciais quando há dificuldades de aprendizagem e um advogado para suporte jurídico. A Presidenta agradece a presença e coloca o conselho a disposição inclusive para participação da entidade e em seguida passa a palavra para a ouvinte Bárbara. A mesma explica que o trabalho que ela enquanto acadêmica de administração pública irá apresentar foi elaborado pelos acadêmicos da UDESC em virtude de uma parceria com a Casa dos Conselhos. A intenção é que grupos de acadêmicos acompanhem os conselhos e proponham forma de atuação e melhoria no que tange a controle social e *accountability*. Bárbara propôs a partir da ferramenta 5w2h, melhoria e ampliação das redes sociais como forma de aproximação da sociedade ao trabalho que já vem sendo feito pelo conselho. Inclusive sobre os projetos que estão tramitando no legislativo promovendo enquetes e debates entre a comunidade online para ter maior embasamento nas proposições. A conselheira Huanita aprovou as propostas e disse que tentará contato com suas amigas que integram uma agência de comunicação e que em outra oportunidade se dispuseram a fazer o planejamento de redes sociais para o conselho de forma voluntária. Em seguida Bárbara explicou que faz parte do Conselho Municipal de Habitação e que apresentaram uma minuta para atualização da lei do auxílio moradia emergencial, no caso para famílias que perderam suas casas devido a desastres e hoje recebem o auxílio no valor de cerca de 600 reais. Informou que a Lei foi criada em 2009, logo após a enxurrada de 2008, e que foi criada rapidamente para dar esse suporte, e é muito frágil, permite que as pessoas fiquem até três anos e meio com o benefício. Informou que o Conselho pensou em atualizar a lei para melhor adequar, em relação a valores, o tempo de recebimento, são várias irregularidades que desejam atualizar. A minuta foi feita e levada a conhecimento do poder executivo por duas vezes. Devido ao não retorno o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMH) decidiu ir até os vereadores para buscar então a alteração e seis vereadores assinaram ela: Walter Baldi, Patrick Machado, Marcelo Achutti, Asinil Medeiros, Joceli Nazaré. Explicou que a maioria dos vereadores entendeu como importante a lei, mas não puderam alterar o valor para não prejudicar o projeto, pois isso é competência do poder executivo. Bárbara explicou que todos entendem que o valor é baixo, pois a defesa civil precisa retirar a pessoa da casa, mas como o valor é baixo as pessoas não querem deixar suas casas com medo de não conseguir pagar o aluguel. Informou que o mesmo é renovado a cada três meses, e a assistente social do Furbes acompanha hoje essas famílias, sempre que é renovado vai para Câmara de Vereadores para aprovar. Os conselheiros debateram então por um tempo a questão dos valores e modalidades de auxílio, especialmente por que muitas vezes o benefício não vem





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMUM

Criado pela Lei N. 3126/2010 | Gestão 2018 - 2020

Vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão social

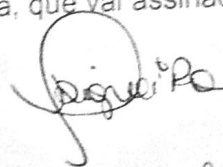
atender a realidade. O conselheiro David questiona qual o projeto habitacional que o município tem, pois o benefício é paliativo, para então desenvolver uma política pública, e que muitas vezes se usam de estratégias para acessar um direito, pois nossa realidade ainda é de injustiça social e desigualdade, pois o benefício precisa ser real e atender verdadeiramente a demanda da família. David ainda disse que é preciso que este município pense para além dos grandes prédios da praia, pensar para além da BR. Explicou que na cidade há muitos prédios com mais de cinco anos abandonados, que dariam conta do déficit de moradia que se tem. Bárbara conclui explicando que a lei é um auxílio emergencial, pois o município deveria ter então uma política habitacional que venha atender a médio e longo prazo essa demanda. A Presidenta questiona se a lei obriga o município a resolver o problemas para além de um suporte emergencial. Bárbara explica que o Furbes é quem tem a responsabilidade de acompanhar as famílias, mas na lei não tem essa obrigatoriedade. Ainda diz que há projetos para habitação, mas não há incentivo e recursos. A conselheira Huanita disse que se preocupa com a visão higienista da cidade, e que acabam jogando uma grande demanda para a cidade de Camboriú. Bárbara explica que existe o plano municipal de habitação, mas não há recurso para desenvolver a política pública. A Presidenta disse que quando o Conselho de Habitação pensou na reformulação sugeriu a inserção da mulher vítima de violência como beneficiária, mas que o artigo foi retirado. Bárbara explicou que como a lei foi via legislativo e não executivo, para facilitar o trâmite e não haver uma mudança drástica eles retiraram, mas que o vereador Patrick em virtude das relações que tem com alguns conselhos, irá fazer a emenda incluindo então esse item sobre o beneficiamento das mulheres vítimas de violência, e que inclusive a emenda já foi protocolada. A Presidenta afirmou que quando estiver em discussão o conselho está a disposição para visitar os gabinetes dos vereadores em busca de apoio para aprovar a emenda, e que inclusive encaminharam essa demanda ao Conselho de Assistência Social, que provavelmente será outro apoiador da ideia. Bárbara informou que a emenda ainda está na etapa inicial no jurídico da Casa, e não passou para a avaliação das comissões. Em seguida a Presidenta agradeceu e passou para o próximo ponto de pauta que é o evento do Universo Cabeludo, explicou que o evento partiu de um grupo de mulheres que montou uma peça de teatro para tratar questões do feminino e empoderamento. A proposta era uma data de julho, mas como foi muito em cima ela solicitou que pudessem adiar, ficando a data de 11 e 12 de agosto. Informou ainda que tentaram vários espaços como Sesc, Casa da Sogra, Teatro, entre outros, mas todos estavam ocupados, em virtude inclusive de domingo ser dia dos pais. Neste sentido optou-se por fazer em um espaço menor e de atendimento a comunidade como os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Como já haviam realizados outras ações no CRAS do bairro dos Município e do bairro São Judas, optou-se então fazer no CRAS do bairro das Nações. As oficinas ocorrerão no sábado das 14h às 18h, sendo que às 21h ocorrerá a apresentação da peça teatral, aberta a comunidade. E no domingo haverá oficinas das 9h às 13h, contudo informou que provavelmente será meio vazio em virtude de ser dia dos pais. A Presidente então passou para a pauta da entrevista que o Conselho foi convidado a participar de um programa com Joaquim Lacerda na TV Panorama. O programa ocorrerá às 15 horas de segunda-feira e questionou quais conselheiras estariam a disposição. A vereadora Juliete ficou a disposição e foi combinado que é importante uma conselheira do COMUM até segunda se dispor. A assessora da vereadora Juliete disse que protocolou na última semana o Projeto do Agosto Lilás para atividades de ação preventiva, especialmente nas escolas. A intenção é que até o fim do mês seja aprovado, para que no próximo ano ela já seja executado.

Mulher

A assessora disse que caso haja necessidade da presença das conselheiras na Câmara ela fara o contato. Em seguida a Presidenta passou a leitura dos **documentos expedidos**: ofício 24/2018 ao CMAS indicando as conselheiras Ketlin e Joseane para acompanhar a Comissão de Políticas na visita a Casa das Anas; ofício 25/2018 ao CMAS pedindo ponto de pauta referente a PL do auxilio moradia para mulheres vitimas de violência; ofício 26/2018 a diretora da Casa das Anas convidando e informando as datas das reuniões do conselho; ofício 27/2018 a Vigilância Epidemiologica convidando para as reuniões do conselho. A Presidenta passa a palavra para os assuntos gerais. As representantes da Rede Feminina de Combate ao Câncer convidam para audiência pública que ocorrerá no dia 16 de agosto, às 14 horas na Câmara de Vereadores. O debate será o cumprimento da lei para que o tratamento para o câncer se inicie até 60 dias pós o diagnóstico, pois há relatos da rede que em alguns casos chegou a demorar até quatro meses para o início do tratamento. Elas explicam que a audiência está sendo promovida pela Assembleia Legislativo de Santa Catarina. A conselheira Huanita então pede a palavra e disse que é necessário cuidar com o uso das palavras, pois elas tem sentido. E que informa que a OAB de Santa Catarina aprovou de forma unânime, o pedido da Doutora Retijane, que a nomenclatura seria Ordem da Advocacia do Brasil ao invés do atual Ordem dos Advogados do Brasil, e o pedido agora vai para esfera federal. A Presidenta contribui que é interessante inclusive por se tratar do conselho da categoria profissional. Huanita ainda chama a atenção para as audiências públicas em relação a descriminalização do aborto e pede atenção em especial ao Hospital Ruth Cardoso que até ano passado não fazia o aborto legal com a justificativa de que não havia o protocolo. Explicou que ela acompanhou via Conselho a situação de uma mulher que teve o pedido de aborto legal negado pelo hospital e que ao visitar o local sentiu uma certa pressão para que a mulher não fizesse o aborto, inclusive utilizando-se de discurso religioso. A conselheira Jeruza disse que após esse caso, ao levar uma demanda do NAM, eles atenderam e realizaram o aborto legal. Afirmou que não sabe com relação a documentação, mas o procedimento foi feito pelo Ruth. A conselheira Natalia disse que é bom averiguar, pois as mulheres não precisam apresentar nem Boletim de Ocorrência e nem corpo de delito para solicitar o aborto legal. A conselheira Ketlin disse que houve a promessa do Hospital no ano passado, quando o Conselho entreviu para solicitar o aborto legal, que eles iriam desenvolver o protocolo e pediram o prazo de ao menos um ano. Portanto, foi deliberado que o Conselho encaminhará o ofício questionando o Hospital se o protocolo foi desenvolvido. A conselheira Jeruza disse que mudou a direção do hospital, e que portanto é importante fazer essa primeira notificação em busca do diálogo e informou que a nova diretora é uma pessoa acessível e que poderiam inclusive ir conversar pessoalmente. Sendo a pauta do dia finalizada e nada mais havendo a tratar, a Presidenta deu por encerrada a sessão e eu, Ketlin da Rosa Talevi, Secretária *ad hoc*, redigi esta ata, que vai assinada por mim e demais participantes.



Joseane de Souza



Ketlin da Rosa

